

Migrações internas no Brasil: novo problema, novos cenários*

Ademir Barbosa Koucher**

Economista, Mestre em Sociologia pela
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

Este artigo trata das migrações internas e de sua relação com os processos de concentração e desconcentração do espaço urbano regional. O objetivo principal é sintetizar conceitos e questões teóricas acerca das transformações que o espaço urbano das principais regiões metropolitanas do Brasil vêm experimentando; questões estas que ultrapassam as divisões acadêmicas tradicionais e incluem contribuições da Economia, da Geografia e da Sociologia Urbana. Estudos recentes apontam uma contínua e crescente reestruturação do espaço urbano metropolitano, que se expressa pela desconcentração das atividades econômicas no que tange à sua localização espacial e pela diminuição do crescimento populacional nos grandes centros. Nesse cenário mais recente, a emergência de novos polos regionais e um relativo redirecionamento dos movimentos migratórios internos constituem-se nos elementos mais importantes.

Palavras-chave

Migração; redistribuição da população; urbanização.

Abstract

This paper focuses on internal migrations and their relation with the processes of concentration and deconcentration of the regional urban space. The main objective was to synthesize concepts and theoretical questions regarding the changes that the urban space of the main metropolitan regions

* Artigo recebido em jul. 2012 e aceito para publicação em out. 2013.

** E-mail: ademir.koucher@ibge.gov.br

of Brazil has been experiencing, these questions that go beyond traditional academic divisions and include contributions from economics, geography and urban sociology. Recent studies point to a continuing and growing metropolitan restructuring of urban space, which is expressed by the decentralization of economic activities in terms of their spatial location and reducing the population growth in major centers. In this latest scenario, the emergence of new regional centers and a relative redirection of internal migratory movements constitute the most important elements

Key words

Migration; redistribution of population; urbanization.

Classificação JEL: R23.

1 Considerações iniciais

As migrações internas têm um papel extremamente importante na distribuição espacial da população e na constituição dos mercados de trabalho urbanos. Um dos aspectos mais importantes do processo de migrações internas é o chamado mecanismo de migração por etapas (Faissol, 1994, p. 261): a primeira etapa, em geral, é a migração de origem rural e destino urbano, predominantemente intramunicipal e de curta distância, característica da maioria dos movimentos populacionais ocorridos no Brasil, até a década de 70 do século XX; a outra etapa, muitas vezes de longa distância e intermunicipal, é a migração de destino urbano e origem urbana em direção a cidades centrais. É o fenômeno recorrente da polarização. Em geral, na fase inicial da urbanização, as tendências à concentração, tanto econômicas quanto populacionais, costumam atingir poucos pontos no espaço. Com o inchamento desses polos, num segundo momento, tendências à dispersão começam a evidenciar-se e atingir espaços regionais mais diversificados, constituindo um processo de desconcentração característico da reestruturação por que passa hoje o espaço urbano das principais regiões metropolitanas do Brasil (Guimarães Neto, 1995; Martine, 1995; Santos, 1993). Define-se migração, para efeitos deste artigo, como o deslocamento espacial da população de um ambiente socioeconômico para outro de natureza diferente. O centro da análise é a migração como processo e não o migrante.

Segundo Santos (1993), a partir dos anos 50 do século passado, podem-se distinguir três importantes fases na crescente urbanização do Brasil. Em primeiro lugar, uma urbanização aglomerada, com o aumento dos núcleos urbanos menores, com mais de 20.000 habitantes. Em segundo lugar, uma urbanização concentrada, com a multiplicação das cidades de tamanho médio. E, por último, o Brasil alcançou o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de grandes cidades, cuja população situa-se em torno de um milhão de habitantes. Essas grandes cidades passaram a constituir o núcleo das regiões metropolitanas brasileiras, instituídas, no País, a partir dos anos 70. A institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil seguiu um modelo único, que destacou da rede urbana os chamados polos de desenvolvimento de maior importância estratégica do espaço nacional, que tinham como características básicas a concentração das atividades econômicas e o acentuado crescimento populacional (Metroplan, 1988). Segundo Martine (1995), as migrações internas, nesse período, dirigiram-se, preferencialmente, para esses polos de maior dinamismo econômico, o que explica o fato de essas regiões abarcarem, em 1970, a quarta parte da população brasileira.

Portanto, é possível afirmar que, até a década de 70, o aspecto mais marcante da estruturação do espaço urbano brasileiro foi a concentração progressiva e acentuada da população em cidades cada vez maiores, e as migrações internas constituíram-se, sem dúvida, no principal componente desse processo. Entretanto, a partir dos anos 90, vários estudos vêm assinalando o início de um processo de dispersão, que reverteu o modelo concentracionista verificado, nas regiões metropolitanas brasileiras, até os anos 70 (Azzoni, 1995; Baeninger, 1998; Martine, 1995; Martine; Diniz, 1991; Santos, 1993). O resultado dessa inversão vem sendo apontado como uma contínua e crescente reestruturação¹ do espaço urbano, que se expressa pela desconcentração das atividades econômicas, no que tange à sua localização espacial, pela diminuição do crescimento populacional nos grandes centros e pela formação de novos centros regionais, que alteram o padrão concentrador das metrópoles.

Os estudos realizados a partir dos anos 90, além de assinalarem a emergência de uma nova organização espacial das atividades econômicas, configuraram, também, uma nova problemática com relação à abordagem do processo migratório. Até a década de 70, a análise migratória enfatizava uma clara relação entre concentração urbana e evasão de migrantes do meio rural, principalmente no contexto metropolitano, decorrentes da meca-

¹ O termo reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências de longo prazo e de mudança em direção a uma nova configuração significativamente diferente de uma anterior (Soja, 1993, p. 193).

nização das atividades agrícolas e da expansão das atividades industriais (Singer, 1980). Nesse cenário mais recente, com as cidades de porte médio constituindo uma importante parcela do dinamismo econômico regional, a análise do fenômeno migratório ganhou novas especificidades: mudaram a direção, a intensidade e, principalmente, a composição dos movimentos.

2 O campo conceitual

O estudo do processo migratório, por ser um dos aspectos mais importantes dos movimentos de concentração-dispersão próprios da dinâmica espacial urbana, exige articular o conceito de espaço, principalmente o conceito de espaço urbano (Santos, 1993): espaço aqui entendido como o espaço social construído, “[...] produto do trabalho humano e não como mero plano (suporte) dos homens e suas atividades, como é habitualmente compreendido” (Souza, 1995, p. 4), e urbano aqui considerado, conforme Davidovich (1983), como um processo, ou seja, como um fenômeno em constante transformação, já que a cidade, muitas vezes confundida com o urbano, aparece, em geral, com uma forma historicamente mais definida. O espaço urbano encerra uma complexidade que o torna singular, uma vez que reúne, de forma dinâmica, em determinados níveis, praticamente todos os aspectos da vida social (Davidovich, 1983). Sabe-se, entretanto, que os fenômenos sociais se expressam tanto no meio urbano como no meio rural, logo, o espaço social não é específico do urbano nem do rural. Os fenômenos sociais serão tão urbanos ou rurais, quanto mais aspectos urbanos ou rurais puderem encerrar nas suas relações, e se essa caracterização for mais ou menos importante na análise em curso. Como destaca Graziano da Silva (1997), a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. “Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial” (Silva, 1997, p. 43). Portanto, o relevante é como o espaço em questão está sendo produzido socialmente, seja no conjunto das relações, seja no contexto do corte analítico em que um determinado fenômeno social estiver inserido. É o uso do espaço, e não o espaço em si mesmo, que faz dele um objeto de análise (Santos, 1994).

Entretanto as migrações não podem ser vistas apenas como movimentos no espaço, um ir e vir de um lugar para outro. Segundo Giddens (1989, p. 107), toda a vida social ocorre em, e é constituída por, intersecções de presença e ausência no espaço e no tempo, ou seja, a noção de presença e ausência tem de ser explicada tanto em termos da sua espacialidade quanto da sua temporalidade. O termo lugar, da mesma forma, não pode designar apenas pontos no espaço, assim como não se pode falar apenas de

pontos no tempo. Lugar, sugere Giddens (1989), deve ser mais bem conceituado por meio da ideia de local: “O local é uma região física envolvida como parte do cenário de interação, tendo fronteiras definidas que ajudam a concentrar a ação num sentido ou outro” (Giddens, 1989, p. 304). Vistos dessa forma, os locais não são somente lugares, mas cenários de interação. Deriva daí o conceito de região, de fundamental importância para a constituição e a análise dos cenários migratórios, já que a regionalização pode-se dar dentro de ou entre locais. Diferentemente da região geográfica, que se refere a uma área física, o significado que Giddens (1989) atribui ao termo região envolve sempre a conotação de extensões tanto no tempo quanto no espaço. Assim, a diferenciação regional será sempre pautada por critérios sociais, ou seja, uma região não pode ser apenas uma área geográfica limitada, mas deve também ser uma área dotada de traços sociais e econômicos distintos e historicamente estabelecidos.

A regionalização, segundo Giddens (1989), é um conceito que deve ser visto como desempenhando um papel destacado em teoria social:

A regionalização é mais bem entendida não como um conceito totalmente espacial, mas como um que expressa o agrupamento de contextos no tempo-espaço. Como tal, é um fenômeno de importância decisiva para a sociologia, nos níveis teóricos e empíricos. Nenhum conceito ajuda mais a remediar as enganosas divisões entre pesquisa “micro-” e “macrossociológica”; nenhum conceito ajuda mais a rebater a suposição de que uma “sociedade” é sempre uma unidade com fronteiras nítidas e definidas (Giddens, 1989, p. 295).

Segundo Santos (1994, p. 98), “[...] não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional”, ou seja, a formação regional é sempre produto das relações sociais.

Se as relações sociais têm uma forma de existência material, é porque têm uma dimensão espacial, e uma dimensão temporal, histórica, o que não implica que determinados espaços estejam *a priori* disponíveis para este ou aquele uso ou ocupação. A análise de um espaço organizado, de uma região, ou de uma cidade deve levar em conta que esse espaço, em sua organização atual, nunca é um produto acabado, uma vez que está sempre sendo reorganizado. O desafio, portanto, que se estabelece na atualidade, com relação ao espaço regional, no que tange às migrações internas, consiste em identificar novos recortes espaciais e novas categorias analíticas a partir dessas novas interações.

3 O campo teórico

Diversas abordagens no domínio das ciências sociais, em diferentes campos de pesquisa, têm procurado explicar as transformações espaciais, econômicas e populacionais que vêm ocorrendo no Brasil, tanto no âmbito das regiões metropolitanas quanto do conjunto da rede urbana nacional ou regional. Trata-se, portanto, de um tema que não pode ter seu estudo restrito a uma determinada especialidade científica. É necessário inseri-lo num campo interdisciplinar, que leve em consideração as tendências e as especificidades assumidas pelo processo de reestruturação espacial em curso.

Em linhas gerais, destacam-se duas abordagens que procuram explicar as migrações internas e suas interações com as transformações que vêm ocorrendo no espaço urbano regional: a abordagem da industrialização, com ênfase nos migrantes e nos movimentos migratórios de origem rural; e a abordagem da urbanização, que contempla os processos especificamente urbanos e sua relação com as transformações mais gerais que vêm ocorrendo na estrutura socioeconômica do campo e das cidades.

3.1 A abordagem da industrialização

Essa abordagem considera as migrações internas como um dos mecanismos básicos do processo de transformação de estruturas agrárias em estruturas industriais, constituindo o componente principal dos processos de urbanização e crescimento das cidades (Oliveira; Stern, 1980).

Oliveira e Stern (1980) distinguem dois enfoques que procuram explicar as migrações internas no processo mais geral de transformação socioeconômica de uma estrutura social agrária em uma estrutura industrial.

No enfoque da modernização, a migração interna é vista como um dos processos fundamentais da mobilidade social, que constitui o eixo principal para a transformação das sociedades tradicionais em sociedades modernas. Segundo Oliveira e Stern (1980), a maioria das análises sociológicas sobre migrações internas baseia-se no marco teórico da modernização. O foco dessa análise diz respeito à transição de uma sociedade tradicional para uma economia urbano-industrial, que entendem como moderna, destacando os aspectos psicossociais do fenômeno no sentido de responder sobre que motivações têm as pessoas para migrar. Que fatores intervêm nessa decisão? Como operam, por um lado, a desorganização das sociedades tradicionais e, por outro, a imagem da sociedade moderna como condicionantes do processo migratório? As análises segundo esse enfoque têm-se

restringido ao aspecto da motivação na decisão de migrar e à adaptação do migrante no meio urbano, limitando, dessa forma, o seu poder explicativo.

No segundo enfoque, histórico-estrutural, a migração aparece como consequência do processo de desenvolvimento capitalista da sociedade. Esse enfoque assume como hipótese fundamental a relação entre o processo migratório e a expansão industrial. O trabalho pioneiro no Brasil, e até hoje referido, é o de Singer (1980), que considerou as migrações internas como um fenômeno social de grande significado na vida das nações: “As migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas” (Singer, 1980, p. 217).

Para Singer (1980), o processo de industrialização no Brasil ocorreu, de maneira geral, nos centros urbanos comerciais que já possuíam parte considerável da infraestrutura que a indústria precisava para se implantar. Uma grande variedade de novos serviços (de educação, finanças, contabilidade, etc.) foi surgindo a partir da industrialização desses centros urbanos. Essa aglomeração espacial das atividades econômicas parece ter sido motivada por uma exigência da industrialização (necessidade de utilização, em escalas cada vez maiores, de infraestrutura básica, como energia, vias de transporte, comunicação, etc.) e pelo crescimento das escalas de produção, que, por sua vez, acarretou uma concentração espacial da população cada vez mais acentuada. Singer (1980) considera que a industrialização reestrutura as atividades econômicas, tanto espacial quanto setorialmente, transferindo, muitas vezes, atividades antes localizadas no setor rural para estabelecimentos especializados no meio urbano-industrial, o que facilitaria o aumento das escalas de produção. Essa transferência de atividades e de população do campo para a cidade tende a se dar em favor de algumas regiões estratégicas, onde já existe um processo mais avançado de urbanização, esvaziando outras regiões e gerando desequilíbrios regionais que se agravam, na medida em que a concentração espacial das atividades cresce.

Para Singer (1980), os fatores de atração da migração rural-urbana associam-se aos requerimentos de mão de obra decorrentes da expansão das atividades industriais, e os fatores de expulsão são decorrentes da penetração do capitalismo no campo, através da mecanização da produção agrícola.

Alguns pontos relevantes que surgem a partir desse enfoque devem ser destacados. Em primeiro lugar, a migração deve ser vista como um processo social inter-relacionado com outros processos globais. Em segundo, a análise deve ser referida historicamente, como forma de perceber de que maneira se configuram os processos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento socioeconômico. E, por último, as causas das migrações

devem ser buscadas juntamente com a análise da estrutura espacial, econômica e populacional do contexto regional em que ocorrem.

3.2 A abordagem da urbanização

Hasenbalg (1991) define a área de estudo da urbanização, em sentido estrito, como aquela que se ocupa:

- a) do ritmo de crescimento da população urbana e de seus componentes, migração e crescimento vegetativo;
- b) da maneira como se dá o processo de urbanização, particularmente no que se refere à distribuição da população urbana por uma rede ou sistema de cidades; e
- c) dos processos de diferenciação econômica e social dessa população urbana (Hasenbalg, 1991, p. 10).

Uma ampla gama de pesquisadores de diferentes campos de pesquisas tem-se debruçado sobre a problemática urbana. Gottdiener (1990), ao analisar a reorganização socioespacial ocorrida nos Estados Unidos, após os anos 50, chama atenção para o aspecto multidisciplinar que se vem destacando nos estudos urbanos mais recentes:

Uma recente explosão da literatura na área de estudos urbanos volta-se para a problemática da reestruturação sócio-espacial. Essa formulação mais contemporânea da questão urbana ultrapassa as divisões acadêmicas tradicionais e inclui contribuições da sociologia urbana, geografia, economia, ciência política e planejamento regional (Gottdiener, 1990, p. 59).

Esse mesmo autor destaca que, a partir dos anos 50, nos EUA, o espaço no entorno das áreas urbanas adquiriu uma nova forma. A antiga região metropolitana, com uma clara divisão entre campo e cidade e com um núcleo forte e bem demarcado, tornou-se a região metropolitana espalhada, com vários centros e várias esferas de influência, gerada por um processo de desconcentração em grande escala:

A desconcentração é um fenômeno geral de todos os assentamentos urbanos, a despeito da sua prosperidade econômica, e implica um nivelamento tanto das densidades sociais, por meio da expansão da região metropolitana a partir de uma concentração urbana prévia. Pela sua própria natureza, a desconcentração abrange tanto a reestruturação de áreas anteriormente agrícolas e recreativas, tornadas subúrbios, e a reestruturação das áreas centrais para se ajustarem à dispersão da população e das atividades econômicas. Portanto, a desconcentração ocorre nos dois extremos de uma região metropolitana em expansão e multicêntrica (Gottdiener, 1990, p. 60).

Soja (1993), ao analisar a reestruturação espacial norte-americana, também enfatiza esse processo mais generalizado de desconcentração populacional e econômica nos EUA:

Mais do que nunca na história norte-americana recente, a população e a indústria têm se deslocado para cidades menores e áreas rurais, evocando o que alguns denominaram de “grande reviravolta não-metropolitana”, outro dos traços característicos atribuídos ao processo contemporâneo de reestruturação (Soja, 1993, p. 252-253).

No Brasil, as análises mais recentes sobre os deslocamentos populacionais, baseadas nas informações reveladas pelos últimos Censos Demográficos, vêm precisamente da área de estudos urbanos, embora o seu objeto de análise não privilegie, estritamente, os processos migratórios.

Vários autores, de geógrafos e urbanistas (Davidovich, 1992; Faissol, 1994; Lencioni, 1994; Panizzi, 1990, 1995; Santos, 1993, 1994; Souza, 1995), a sociólogos (Baeninger, 1998; Gonçalves, 1995; Martine, 1995) e economistas (Azzoni, 1995; Cano, 1995; Coutinho, 1995), têm apontado o aparecimento de mudanças nas características mais gerais dos deslocamentos populacionais, no contexto urbano recente, onde as atividades econômicas, que passam por um processo de reestruturação de sua base espacial, têm exercido um papel fundamental. Essa reestruturação espacial tem sido analisada a partir do processo, cada vez mais intenso, de dispersão das atividades econômicas, que se tem desenvolvido principalmente no contexto urbano metropolitano, gerando um processo de desconcentração e consequente reorganização do espaço urbano.

Lencioni (1994) alerta, no entanto, que desconcentração e descentralização constituem processos distintos. É provável que muito da dispersão espacial em curso, no Brasil, esteja vinculada a processos de centralização do capital e do poder decisório, os quais, sustentados pela crescente extensão das redes de telecomunicação e informatização, tendem a se localizar junto às cidades centrais. Santos (1994) considera que, a partir dos anos 70, a urbanização, no Brasil, ganhou um novo conteúdo e uma nova dinâmica, consolidando, na fase atual, sobre territórios cada vez mais vastos, o que chamou de “meio-técnico-científico”, ou seja, a reconstrução ou reestruturação do espaço com um crescente conteúdo de ciências e de técnicas, onde as telecomunicações e a informatização exercem um papel fundamental. Isso permite que a base produtiva material, industrial e agrícola se desenvolva a partir de novos e diferentes polos regionais, contribuindo para aumentar a escala da urbanização e a importância dos centros urbanos. Esse novo perfil da urbanização recente revela uma rede urbana cada vez mais diferenciada e complexificada:

Houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade, onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças (Santos, 1994, p. 150).

Para Baeninger (1998, p. 67), essa nova territorialidade traduz-se em um novo contexto polarizado, marcado por “[...] intensos processos de redistribuição interna da população e de urbanização, com a constituição de polos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis das áreas metropolitanas”. No que tange ao fenômeno migratório, a desconcentração não implica simplesmente um movimento de ida e volta, o que muda não é apenas o sentido e a direção, mas, também, a composição dos movimentos (Baeninger, 1998).

Davidovich (1992, p. 20), a respeito das transformações verificadas nos espaços metropolitanos, durante a década de 80, observa que os decréscimos de população registrados pelas regiões metropolitanas “[...] são correntemente apontados como uma mudança no padrão hegemônico da metrópole no sistema urbano brasileiro”. Salienta, ainda, que essa constatação sinaliza uma nova espacialidade, envolvendo, pelo menos, duas tendências principais: a da dissolução da estrutura centro-periferia metropolitana e a do desaparecimento de limites entre a região metropolitana e o seu entorno.

Logo, a análise dessa nova configuração espacial só poderá ser bem-sucedida se levar em conta os novos vínculos de integração que se estabelecem no cenário regional. A análise dos fenômenos regionais exige, por sua vez, duas dimensões explicativas: a temporalidade e a espacialidade dos fenômenos sociais. Analisá-los fora da sua dimensão temporal, sabe-se, não é possível. Quanto ao espaço, esse tem adquirido, ultimamente, uma renovada importância em função do crescente processo de integração produtiva do País, que desenha uma nova configuração do quadro urbano em todos os planos, do local ao nacional (Koucher, 2002, p. 31). Nesse sentido, para compreender as novas formas espaciais de redistribuição populacional que se estabelecem no espaço urbano contemporâneo, torna-se imperativo repensarem-se o território e seus recortes regionais, principalmente a tradicional divisão entre urbano e rural.

Até meados da década de 70, podia-se falar de um Brasil dividido em áreas urbanas e áreas rurais com fronteiras bem nítidas. As chamadas áreas rurais concentravam produção agrícola ou agropecuária. As áreas urbanas, representadas, basicamente, pelas grandes cidades, dependentes da oferta de alimentos oriunda das áreas rurais, concentravam produção industrial e seus serviços diretos e indiretos. Essa relação, bem definida, entre o meio rural e o meio urbano-citadino deu origem à conhecida dicoto-

mia rural-urbano. A partir dos anos 70, com a urbanização crescente e a modernização tecnológica da produção agropecuária, o território brasileiro passou por um processo global de transformação da sua estrutura produtiva. Nos espaços onde essa transformação foi mais intensa, as fronteiras das cidades e das chamadas áreas rurais foram ficando cada vez mais permeáveis (Santos, 1993). Segundo Graziano da Silva (1997), está cada vez mais difícil delimitar o que é urbano e o que é rural no espaço brasileiro:

[...] do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (Silva, 1997, p. 43).

Para Giddens (1989), a regulação do tempo, na sociedade moderna, orientada para os mecanismos da produção industrial, tende a eliminar a diferenciação entre cidade e campo: “A indústria moderna é acompanhada pela propagação do urbanismo, mas seu funcionamento não é fixado em nenhum tipo particular de área” (Giddens, 1989, p. 117).

Conforme Santos (1993), pode-se dizer que hoje existem regiões agrícolas que contêm cidades adaptadas às suas demandas e regiões urbanas que contêm áreas agrícolas adaptadas às demandas das cidades.

A **região urbana** tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A **região agrícola** tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades (Santos, 1993, p. 67, grifos do autor).

Nas regiões agrícolas, são as atividades primárias (agropecuárias) e seus serviços correlatos que condicionam as relações socioeconômicas das cidades. Já nas regiões urbanas, são as atividades secundárias (industriais) e seus serviços diretos e indiretos que têm esse papel. Hoje, a cidade, que é o urbano por excelência, é também o lugar da regulação das atividades agrícolas e não agrícolas e pode estar contida tanto em regiões urbanas quanto em regiões agrícolas.

Diferentemente da noção mais clássica de urbano e rural, o contexto interpretativo que surge, a partir dessa nova perspectiva regional, reflete

uma estrutura espacial mais complexa e permite uma análise mais rica e mais abrangente dos movimentos populacionais.

Nessa perspectiva de análise, a evidência mais comum que se despreende dos diferentes autores é que essa tendência de reestruturação do espaço urbano, em expansão desde o final dos anos 70, estabeleceu um processo de urbanização significativamente diferente daquele do período anterior. Os fatores mais importantes a serem considerados na análise desse novo perfil da urbanização são: a desconcentração ou dispersão espacial das atividades econômicas; o redirecionamento ou reversão dos movimentos migratórios; e a consolidação de novos polos de expansão econômica e populacional, dentro e fora das fronteiras metropolitanas.

4 Os novos cenários

A distribuição da população de um país ou de uma região relaciona-se, em grande medida, com as transformações socioeconômicas ocorridas ao longo do tempo, nesses espaços. Se os deslocamentos populacionais são influenciados pelo desenvolvimento regional, a análise do processo migratório não pode, por conseguinte, tratar os movimentos populacionais e a distribuição espacial das atividades econômicas como agregados indiferenciados.

O Brasil, desde o período colonial até o final do século XIX, não conseguiu formar um território totalmente integrado. Cada espaço regional evoluiu segundo lógicas próprias, estruturadas, em grande parte, por suas relações com a economia mundial. Segundo Martine (1994), os vários ciclos exportadores produziram uma regionalização descentralizada e com pouca interdependência.

A distribuição da população sobre o território refletia as características dos diversos ciclos econômicos. Sendo estes ciclos voltados para o exterior e desarticulados entre si, não promoviam a integração econômica; também não estimulavam trocas populacionais, e consequentemente a migração entre as distintas regiões era escassa. Nessas circunstâncias, o Brasil era uma sociedade rural/primária, constituída de ilhas regionais desconectadas (Martine, 1994, p. 42).

A ligação entre produção econômica e movimentos populacionais no Brasil foi, durante muito tempo, estreitamente influenciada pelos vários ciclos exportadores. O início de cada ciclo econômico alterava a direção dos movimentos populacionais e, por conseguinte, o cenário sociodemográfico de cada região. Assim como a economia do açúcar concentrou a riqueza e a população no Nordeste brasileiro, o ouro e o café redistribuíram a popula-

ção para o Sudeste. Cada um dos diferentes ciclos exportadores beneficiou a ocupação demográfica de uma nova região e, também, a criação de novas cidades (Martine; Diniz, 1991). A articulação das diferentes regiões do País em um sistema minimamente integrado iniciou na primeira metade do século XX. O rápido crescimento da economia cafeeira, entre 1880 e 1930, se, por um lado, criou fortes discrepâncias regionais, por outro, dotou o Brasil de um sólido núcleo em São Paulo, em torno do qual as demais regiões tiveram que, necessariamente, se articular (Furtado, 1986).

Após 1930, o padrão de crescimento econômico do Brasil mudou com deslocamento do foco do setor agroexportador para o urbano-industrial e, ao mesmo tempo, o deslocamento da produção do mercado externo para o mercado interno. Essa alteração no padrão de crescimento econômico provocou, simultaneamente, a migração para as cidades e a expansão das fronteiras agrícolas de São Paulo para o Paraná, Mato Grosso do Sul e partes de Minas Gerais e Goiás. A quebra da economia rural dispersou milhares de trabalhadores do campo: alguns acompanharam a expansão das fronteiras agrícolas, engrossando o contingente de trabalhadores itinerantes, e outros se somaram aos fluxos migratórios iniciais com destino urbano (Martine; Diniz, 1991). Começou, nesse período, a partir de São Paulo, um processo de desconcentração da produção agrícola e uma intensificação do processo de concentração urbano-industrial. Entre 1920 e 1950, a participação de São Paulo no total das pessoas ocupadas no setor industrial do Brasil cresceu de 29,1% para 38,6% (Furtado, 1986).

Ao mesmo tempo em que as fronteiras agrícolas se expandiam, a mecanização do campo se intensificava, reduzindo a estabilidade da ocupação, até então garantida pela pequena produção, com influência direta no aumento da migração rural-urbana. As estimativas produzidas por Martine (1987) mostram que, durante as décadas de 40 e 50, no Brasil, aproximadamente, 10 milhões de pessoas saíram das áreas rurais para as cidades. Para Martine (1987), a questão central que esteve na raiz do êxodo rural, iniciado no período pós Segunda Guerra Mundial, foi o processo de mecanização da produção agrícola, que levou a uma redução dos espaços físico e social disponíveis para os pequenos produtores, que faziam uma utilização intensiva de mão de obra familiar. “A desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo” (Martine, 1987, p. 63).

A partir dos anos 50, com a interligação das estradas de rodagem e a construção das redes de comunicação, viabilizou-se a completa integração regional do território brasileiro. A economia cresceu em tamanho e complexidade, com destaque para dois ciclos de crescimento particularmente im-

portantes: o período de industrialização via substituição de importações, entre os anos 50 e meados da década de 60, caracterizado pela ênfase dada à produção interna de bens e produtos anteriormente importados; e o período de abertura da economia via exportações, após os anos 60, com reflexos na diversificação do crescimento industrial e na integração mais estreita com a economia mundial (Wood; Carvalho, 1994). Desse período até o final dos anos 70, a organização do espaço brasileiro foi ditada pelo fenômeno da metropolização, caracterizado pela progressiva concentração da população nas grandes cidades, principalmente nos núcleos metropolitanos, em geral, nos polos mais dinâmicos das economias regionais.

Durante os anos 70, o termo metropolização surgiu, com o objetivo de designar o processo de institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras, criadas em função da crescente concentração populacional em algumas poucas áreas do território nacional. A questão metropolitana foi incluída na legislação brasileira, pela primeira vez, em 1967, contudo, só em 1973, através da Lei Complementar nº 14, foram delimitadas as áreas e seus respectivos municípios e definidas as regras de funcionamento. Inicialmente foram criadas oito regiões metropolitanas: de São Paulo, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de Recife, de Salvador, de Curitiba, de Belém e de Fortaleza. No ano seguinte, em 1974, a Lei Complementar nº 20 criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A criação das regiões metropolitanas foi orientada por uma política de desenvolvimento urbano que objetivava diminuir as desigualdades regionais, desconcentrar as metrópoles, principalmente, da Região Sudeste, e criar polos de desenvolvimento no interior do País (Metroplan, 1988). Em 1970, residiam nas áreas aonde viriam a ser instituídas as primeiras regiões metropolitanas brasileiras 23,8 milhões de pessoas (25,6% da população total do País), concentradas em menos de 1% da área do território nacional. Nesse período, somente a população dos 26 municípios das capitais do Brasil representava 21,4% do total da população dos 3.952 municípios existentes, e apenas cinco apresentavam população com mais de um milhão de habitantes. A concentração populacional nessas áreas era explicada, basicamente, pela associação das migrações de origem rural com a expansão das atividades econômicas urbanas, principalmente a atividade industrial (Singer, 1980). Até o final dos anos 70, o fenômeno migratório foi apontado como o principal responsável pelo crescimento urbano e pela metropolização no Brasil.

As regiões metropolitanas foram consideradas objeto prioritário da União para a realização de projetos especiais nas áreas de transporte, habitação e saneamento, levados adiante por organismos regionais, especialmente criados para esse fim, com a utilização de normas e recursos, priori-

tariamente federais, que atendiam, em geral, a interesses setoriais sem maiores repercussões no conjunto das áreas (Metroplan, 1988). Entretanto a questão mais importante a ser considerada, para efeitos deste estudo, é que essas nove regiões representavam, à época, os polos de maior importância estratégica no espaço nacional. Decorre daí a necessidade de compreender a formação inicial dos espaços metropolitanos no Brasil, sem o que, seria difícil entender as transformações atuais que indicam uma clara reversão no processo de concentração populacional desses mesmos espaços urbanos. Como observa Panizzi (1990, p. 7): “As grandes metrópoles constituem, portanto, o ‘locus’ por excelência das relações econômicas e sociais”. Logo, a reestruturação espacial que emergiu a partir desse período só poderá ser bem compreendida se for analisada a partir desses mesmos polos dinâmicos.

O processo de urbanização no Brasil inverteu o lugar de residência da população num período de tempo relativamente curto. Entre 1970 e 1980, houve um incremento populacional nas áreas urbanas da ordem de 28,3 milhões de habitantes e um decréscimo nas áreas rurais de 2,4 milhões de habitantes. Foi o maior crescimento urbano, em números absolutos, da história do Brasil. Essa expansão urbana, por outro lado, não aconteceu de forma homogênea no território nacional. Em alguns poucos espaços, principalmente nas áreas das grandes cidades, esse fenômeno foi muito mais intenso.

Contudo, a partir dos anos 80, nas áreas das primeiras regiões metropolitanas, as cidades médias passaram a experimentar um crescimento mais acentuado do que as grandes metrópoles, configurando uma espécie de espraiamento da população urbana, antes concentrada nos núcleos metropolitanos e nos seus entornos mais próximos. Essa tendência, não mais a concentração, mas a desconcentração urbana nessas áreas, foi definida por Santos (1993) como um processo de desmetropolização, caracterizado pela repartição dos novos contingentes da população urbana com outros centros urbanos metropolitanos e não metropolitanos.

Entre 1980 e 1991, todas as regiões metropolitanas brasileiras apresentaram redução da participação relativa da metrópole em relação ao total da região. Nesse período, os entornos metropolitanos apresentaram um aumento populacional médio de 39,2%; e os núcleos, de apenas 16,3%. A participação relativa dos núcleos caiu de 65,2% em 1980 para 61,1% em 1991; e a dos entornos aumentou de 34,7% em 1980 para 38,9% em 1991. O crescimento populacional das metrópoles foi, de maneira geral, nesse período, de menos da metade da média de crescimento dos outros municípios metropolitanos.

A desconcentração populacional que se estabeleceu, nos espaços metropolitanos, a partir dos anos 80 foi irreversível e acentuou-se nos anos seguintes. Essa desconcentração crescente gerou um processo de redistribuição populacional no interior das regiões metropolitanas, desconcentrando as metrópoles em favor das cidades médias localizadas tanto dentro quanto fora dos limites metropolitanos.

A partir de 1991, o processo de desconcentração populacional nas nove áreas metropolitanas intensificou-se. Entre 1991 e 2000, os núcleos metropolitanos cresceram 10,9%, enquanto os entornos aumentaram 26,7%. Na década seguinte, entre 2001 e 2010, os núcleos cresceram 8,3%; e os entornos, 18,3%. A participação relativa dos núcleos caiu, em 2000, para 56,8% e, em 2010, para 54,6%; já a participação dos entornos aumentou para 43,2% em 2000 e para 45,4% em 2010. Essas evidências estatísticas confirmam as conclusões de vários estudos prospectivos realizados durante os anos 90, que já apontavam o início de um processo de desconcentração espacial da população no contexto metropolitano brasileiro.

A desconcentração e a expansão das primeiras áreas metropolitanas, definidas, para efeitos deste estudo, como um processo de desmetropolização, contribuíram para o surgimento, no final dos anos 90, de uma nova metropolização, significativamente diferente da anterior, já que emergiu da dispersão populacional, que veio reafirmar o processo de desconcentração do espaço urbano regional do Brasil.

As primeiras nove regiões metropolitanas brasileiras somavam, em 1991, 129 municípios. Em 2010, essas mesmas regiões contavam com 211 municípios, um crescimento relativo de 63,5%. A dispersão populacional, ao mesmo tempo em que expandiu o espaço urbano metropolitano, também o descentralizou. Até 2010, as primeiras nove regiões metropolitanas praticamente duplicaram o número de municípios e, para além dos limites metropolitanos, também contribuíram para a formação de um grande número de novas regiões, ou seja, de novas centralidades urbanas.

Até 1988, a criação de regiões metropolitanas no Brasil era de competência exclusiva da União. A partir desse ano, a nova Constituição Federal, oriunda da Assembleia Nacional Constituinte, delegou essa competência aos estados:

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (Brasil, 2009, art. 25, § 3º).

Essa descentralização legislativa contribuiu sobremaneira para impulsionar o processo de criação de uma grande quantidade de novas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas, legalmente delimitadas.

Até 1991, em somente nove unidades da Federação (UFs), havia regiões metropolitanas. Em 2010, o número de UFs com áreas metropolitanas legalmente definidas aumentou para 19. Sem contar que várias UFs já têm, inclusive, mais de uma Região Metropolitana: Alagoas tem duas, Ceará tem duas, Maranhão tem duas, Paraíba tem duas, Minas Gerais tem três, Paraná tem três, São Paulo tem três, e Santa Catarina tem oito.

A quantidade de regiões metropolitanas, entre 1991 e 2010, aumentou de nove para 36, e o número total de municípios, nessas regiões, cresceu de 129 para 617. Nesse período, nessas regiões, o número de municípios com mais de um milhão de habitantes elevou-se pouco, de nove para 14; os municípios com população entre 500.000 e um milhão de habitantes passaram de sete para 15; os municípios de porte médio, com população entre 300.000 e 500.000 habitantes, aumentaram quatro vezes, de seis para 26; os municípios menores, com população entre 100.000 e 300.000 habitantes, majoraram de 32 para 85; e os municípios pequenos, com até 50.000 habitantes, foram os que cresceram mais, aumentando praticamente oito vezes, de 52 para 407. Percebe-se, com isso, que as novas regiões estão concentrando municípios de porte populacional médio e, principalmente, municípios pequenos.

Além das regiões metropolitanas, foram criadas, também, a partir do final dos anos 90, mais dois tipos de regiões: as regiões integradas de desenvolvimento (Rides), que agrupam municípios de mais de uma unidade da Federação; e as chamadas aglomerações urbanas, criadas, geralmente, em torno de municípios de porte médio. A primeira Ride criada no Brasil foi a do Distrito Federal e entorno, com 22 municípios: dois de Minas Gerais, 19 de Goiás, mais o Município de Brasília. Em 2002, foram criadas mais duas: a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA, com quatro municípios da Bahia e quatro de Pernambuco; e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, com um município do Maranhão e 13 municípios do Piauí.

As aglomerações urbanas, que agrupam, em geral, municípios de porte médio, também vêm sendo instituídas dentro desse cenário mais recente. Até 2010, o único estado brasileiro que havia constituído esse tipo de região era o Rio Grande do Sul, com três aglomerações urbanas: a Aglomeração Urbana do Sul, com cinco municípios, tendo como centro o Município de Pelotas; a Aglomeração Urbana do Nordeste, com 10 municípios, tendo como centro o Município de Caxias do Sul; e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, com 20 municípios, tendo como centro o Município de Osório.

As regiões integradas de desenvolvimento, assim como as novas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, estão sendo criadas com um objetivo comum: fomentar projetos de desenvolvimento regional através da

unificação de procedimentos relativos, principalmente, os serviços públicos comuns aos municípios dessas áreas.

É importante observar que essas novas regiões passaram a ser organizadas a partir da dispersão populacional que se estabeleceu no espaço urbano das primeiras nove regiões metropolitanas. Nesse contexto, as antigas relações de centro moderno desenvolvido e periferia dependente tendem a ficar ultrapassadas, abrindo espaço para o surgimento de uma nova configuração regional e uma nova polarização, diferente em conteúdo e forma, em que os polos tradicionais passam a dividir a sua hegemonia socioeconômica com outros polos emergentes, resultando numa organização territorial bem mais complexa.

Nesse novo cenário, as velhas dicotomias rural-urbano e centro-periferia não servem mais para explicar os movimentos populacionais.

5 Considerações finais

Partindo das definições apresentadas por Singer (1980), pode-se afirmar que, até o final dos anos 70, o processo migratório, no Brasil, foi condicionado pela polarização econômica — onde o crescimento da atividade industrial nas áreas urbanas desempenhou um papel fundamental —, gerando altas taxas de concentração e crescimento populacional. Essa crescente expansão urbana não aconteceu de forma homogênea no território nacional. Nas áreas onde foram instituídas as primeiras regiões metropolitanas brasileiras, a concentração populacional foi muito mais intensa, em função da associação das migrações internas com a expansão das atividades econômicas urbanas, principalmente a atividade industrial. Nesse período, residia, nas áreas em que seriam instituídas as primeiras regiões metropolitanas brasileiras, a quarta parte da população total do País, concentrada em menos de 1% da área do território nacional.

Até o final dos anos 70, o fenômeno migratório foi, sem dúvida, o principal responsável pelo crescimento urbano e pela metropolização no Brasil. Vale dizer que, historicamente, até esse período, a concentração espacial das atividades econômicas e o crescimento populacional nos núcleos metropolitanos foram os fatores fundamentais na estruturação do espaço urbano regional. Essa foi a primeira fase do processo de urbanização, iniciado no começo do século XX, quando o País ainda não tinha nenhuma cidade com mais de um milhão de habitantes, e que alcançou o seu auge com a consolidação das regiões metropolitanas, durante os anos 70.

Contudo, a partir dos anos 80, nas áreas das primeiras regiões metropolitanas, verifica-se que as cidades médias experimentaram um crescimen-

to relativo mais acentuado do que as metrópoles. Foi o início do espalhamento da população, antes concentrada nos núcleos metropolitanos e nos seus entornos mais próximos. O resultado dessa inversão vem sendo apontado como uma contínua e crescente reestruturação do espaço urbano, que se expressa pela desconcentração das atividades econômicas, no que tange à sua localização espacial, pela diminuição do crescimento populacional nos grandes centros e pela formação de novos centros regionais, que alteram o padrão concentrador das metrópoles, verificado até o final dos anos 70.

Essa segunda fase da urbanização brasileira foi definida, para efeitos deste estudo, como o produto de uma reestruturação espacial apontada por Davidovich (1992, p. 21) como a “dissolução da estrutura centro-periferia metropolitana”, por Santos (1993, p. 81) como uma tendência a “[...] desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes da população urbana”, por Panizzi (1995, p. 10) como uma “[...] nova territorialidade onde se destacam a constituição de polos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis e das funções das áreas metropolitanas e dos centros urbanos maiores” e por Baeninger (1998, p. 67) como um “novo contexto polarizado”, marcado pela “diversificação e a crescente importância dos deslocamentos populacionais nos processos de redistribuição espacial da população”.

A expansão e a desconcentração das primeiras áreas metropolitanas impulsionaram o surgimento, em meados dos anos 90, de uma grande quantidade de novas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas legalmente delimitadas, configurando uma nova metropolização, de onde emergiu, neste início de século, uma verdadeira reorganização socioespacial, com reflexos nas distribuições econômica e populacional da maioria das unidades da Federação.

A reversão da polarização impulsionou a descentralização do espaço urbano regional, o que não implicou a perda da primazia ou o esvaziamento das metrópoles. Contudo a desconcentração que se estabeleceu a partir dos anos 80 permitiu que outros centros urbanos se consolidassem e assumissem funções e papéis antes existentes apenas na metrópole.

Nesse sentido, a análise das migrações internas deve levar em conta que as velhas dicotomias rural-urbano e centro-periferia têm sido insuficientes para explicar as novas configurações que se estabelecem no espaço contemporâneo. Em vez disso, deve-se, cada vez mais, considerar os recortes espaciais como um complexo mosaico de interações, do ponto de vista das dinâmicas econômica e populacional, que estão em constante transformação. A determinação de limites, por si só, pouco contribui para a compreensão dos nexos regionais. É necessário, portanto, construir novas ca-

racterizações que possam dar conta desses novos cenários que se estabelecem no espaço urbano contemporâneo.

Referências

AZZONI, C. R. Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências? In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 289-304.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, D. F., v. 15, n. 2, p. 67-81, 1998.

BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005.

BANDEIRA, P. S. A economia da Região Sul. In: AFFONSO, R. de B. Á.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap; Unesp, 1995. p. 225-251.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Escala, 2009.

CANO, W. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 123-132.

CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 22-34, 1992.

COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 41-62.

DAVIDOVICH, F. Focalizando conceituações no urbano. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 137-148, jan./mar. 1983.

DAVIDOVICH, F. Linhas de pesquisa para a geografia urbana no Brasil, uma contribuição. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 7-27, 1992.

DAVIDOVICH, F. Tendência da urbanização no Brasil: uma análise espacial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 73-88, 1989.

FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (RS). **Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado**. Porto Alegre: FEE, 1977. (25 Anos de Economia Gaúcha, v. 2).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL (RS) (METROPLAN). **Região Metropolitana de Porto Alegre: informações e análises**. Porto Alegre: FEE, 1988.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GONÇALVES, M. F. Apresentação. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 13-18.

GOTTDIENER, M. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; IUPERJ, 1990. p. 59-78.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R. de B. Â.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap; Unesp, 1995. p. 13-59.

HASENBALG, C. A. **A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações sociais e pobreza no Brasil: 1970-1990**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. (Série Estudos, n. 82).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991: migração: resultados da amostra**. Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000: características gerais da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980**: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. (IX Recenseamento Geral do Brasil: 1980, v. 1, t. 4, n. 22).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Relatórios Metodológicos, n. 25).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 15).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográficas**: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 13).

KOUCHER, A. B. A disponibilização dos resultados do Censo 2000. In: ACCURSO, J. S. (Coord.). **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. p. 31-56. (Documentos FEE, n. 51).

LENCIONI, S. Restruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 198-212.

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. de B. Á.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Federalismo no Brasil**: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap; Unesp, 1995. p. 61-91.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 41-60, 1994.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. p. 59-79.

MARTINE, G. **Migrações internas no Brasil**: tendências e perspectivas. São Paulo: IPLAN, 1989. (Texto para Discussão, n. 17).

MARTINE, G.; DINIZ, C. C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 121-134, 1991.

MARTINE, G.; FARIA, V. E. Contexto social da política e da pesquisa em população no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jul. 1986.

OLIVEIRA, N. *et al.* O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: ALMEIDA, P. F. C. de (Coord.). **A crise dos anos 80 e o desempenho da economia gaúcha. A problemática regional e urbana**. Porto Alegre: FEE, 1990. (A Economia Gaúcha e os Anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira, t. 1). p. 131-163.

OLIVEIRA, O.; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t. 1, p. 245-265.

PANIZZI, W. M. Apresentação. In: OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. (Org.). **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 5-8.

PANIZZI, W. M. Prefácio. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 9-12.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SINGER, P. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1 p. 211-244.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. A. A. de. A metrópole global: uma reflexão sobre o espaço intrametropolitano. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 3-6, 1995.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

